

ÁREA TEMÁTICA: Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

PARADIPLOMACIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO RIO GRANDE DO NORTE E SUAS CONEXÕES GLOBAIS

Resumo

A paradiplomacia tem se consolidado como uma ferramenta estratégica para a inserção internacional e o desenvolvimento regional de governos subnacionais. Este estudo analisa como o estado do Rio Grande do Norte tem utilizado essa prática para promover sua competitividade econômica, atrair investimentos estrangeiros e estabelecer parcerias internacionais. O objetivo central da pesquisa é compreender o papel da paradiplomacia como estratégia de desenvolvimento regional, destacando as iniciativas implementadas, os principais desafios enfrentados e as perspectivas futuras. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, relatórios institucionais e ações de cooperação internacional envolvendo o estado e seus municípios. Os resultados evidenciam avanços pontuais, como acordos de cidades-irmãs e ações voltadas à promoção do turismo e da exportação de produtos regionais, especialmente nos setores de energias renováveis e fruticultura. No entanto, também foram identificadas fragilidades, como a ausência de uma estrutura institucional dedicada à atuação internacional, a falta de articulação entre esferas de governo e a carência de planejamento estratégico. Conclui-se que a paradiplomacia, quando conduzida de forma estruturada e articulada, pode ampliar a inserção internacional do Rio Grande do Norte e contribuir para o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social sustentável. A pesquisa oferece subsídios teóricos e práticos para gestores públicos, ampliando o debate sobre a importância da governança internacional em nível subnacional.

Palavras-chave: Paradiplomacia. Internacionalização. Desenvolvimento regional. Cooperação internacional. Políticas públicas.

1. Introdução

A crescente inserção de governos subnacionais no cenário internacional revela transformações significativas nas dinâmicas da governança global, especialmente em um contexto marcado pela descentralização do poder e pela intensificação da globalização. Nesse cenário, a paradiplomacia surge como um fenômeno de relevância social, científica e prática, ao permitir que estados, municípios e outras entidades infranacionais atuem de forma proativa na promoção de seus interesses econômicos, culturais, ambientais e políticos além das fronteiras nacionais. Tal atuação contribui para o fortalecimento do desenvolvimento regional, a atração de investimentos, a cooperação internacional e a construção de redes transnacionais que impactam diretamente a qualidade de vida das populações locais.

Apesar da crescente adoção da paradiplomacia, especialmente por entes federativos brasileiros, ainda são escassos os estudos que aprofundam sua prática no contexto regional, analisando suas potencialidades, limites e impactos. No caso do Rio Grande do Norte, observa-se uma atuação crescente no campo das relações internacionais, especialmente em setores estratégicos como a fruticultura e a energia renovável. No entanto, faltam análises sistemáticas que avaliem a eficácia dessas iniciativas e os desafios enfrentados por esse ente federado na consolidação de uma política paradiplomática estruturada.

Diante disso, o problema de pesquisa que orienta este estudo é: quais são os desafios, oportunidades e impactos da paradiplomacia enquanto estratégia de desenvolvimento regional no estado do Rio Grande do Norte? Como objetivo geral, busca-se analisar o conceito de paradiplomacia e sua aplicação prática no contexto potiguar. Especificamente, pretende-se: (i) contextualizar a paradiplomacia no cenário pós-Guerra Fria, destacando suas bases teóricas; (ii) identificar as principais ações paradiplomáticas adotadas pelo Rio Grande do Norte; e (iii) avaliar os entraves e perspectivas para a consolidação de uma agenda internacional subnacional eficiente.

A investigação está delimitada à análise da paradiplomacia exercida pelo estado do Rio Grande do Norte, com foco em iniciativas recentes voltadas para a internacionalização econômica e institucional. Embora se reconheça a relevância de municípios e de outras unidades federativas, o estudo restringe-se ao nível estadual e à atuação institucionalizada a partir dos anos 2000, quando se intensificaram as ações de inserção internacional no Brasil.

Este artigo está organizado da seguinte forma: a primeira seção apresenta o referencial teórico da paradiplomacia no contexto da reestruturação do Estado no pós-Guerra Fria, discutindo sua evolução como subcampo das Relações Internacionais; a segunda seção analisa a experiência do Rio Grande do Norte, destacando iniciativas concretas, desafios enfrentados e oportunidades

estratégicas; por fim, nas considerações finais, discutem-se os principais achados da pesquisa, suas implicações práticas e sugestões para futuras investigações sobre a paradiplomacia no contexto brasileiro.

2. Fundamentação Teórica

2.1 A MULTIPLICIDADE DE ATORES NO SISTEMA INTERNACIONAL PÓS-GUERRA FRIA

O sistema internacional passou por profundas transformações com o fim da Guerra Fria, alterando significativamente as dinâmicas de poder e expandindo a complexidade das interações entre os Estados e outros atores globais. A aceleração do tempo histórico, aliada às mudanças estruturais no capitalismo mundial, fomentou novas formas de interdependência entre territórios e agentes diversos, resultando na reconfiguração das redes de poder, agora influenciadas não apenas por diplomatas estatais, mas também por agentes paradiplomáticos (Senhoras, 2013).

Desde a década de 1950, observa-se um deslocamento gradual no protagonismo das relações internacionais. Se antes os Estados nacionais detinham o monopólio das decisões globais, a transnacionalização da economia e a ascensão de grandes conglomerados multinacionais marcaram uma primeira onda de deslocamento de poder. Essa tendência representou um prenúncio da paradiplomacia, ainda que de forma embrionária (Senhoras, 2009). A intensificação dessa transformação ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, período marcado pela emergência de novos atores que contribuíram para um sistema multipolar no plano econômico, embora ainda unipolar em termos estratégicos e militares (Almeida e Silva, 2007).

A partir desse contexto, surge com maior clareza o conceito de paradiplomacia, que refere-se à participação ativa de governos subnacionais em relações internacionais, ampliando seu papel além das fronteiras nacionais (Alvarez, 2020). O termo emergiu na literatura acadêmica justamente nesse período, nos anos 1980, para descrever as iniciativas internacionais de estados federados canadenses e americanos no bojo do processo de globalização. Como observa Zabala (2020), a paradiplomacia foi inicialmente concebida de forma “inocente e empírica”, no campo da política comparada e da teoria renovada do federalismo, especialmente na literatura norte-americana. O prefixo “para”, neste contexto, não apenas remete a algo paralelo à diplomacia tradicional, mas também a uma função acessória ou complementar à atuação dos Estados soberanos.

Apesar de a atuação internacional de unidades subnacionais remontar à Antiguidade — como as cidades-Estado gregas que estabeleciam relações comerciais e diplomáticas (Fronzaglia et al., 2006) —, foi no contexto da globalização contemporânea que tais práticas ganharam amplitude e

sofisticação. O conceito de "interdependência complexa", formulado por Keohane e Nye (1989), ilustra bem essa nova realidade, ao demonstrar que os fluxos transnacionais de bens, serviços, pessoas e informações passaram a moldar significativamente a política internacional.

O colapso da União Soviética, em 1991, simbolizou o fim da ordem bipolar e consolidou um cenário mais fragmentado, no qual diferentes redes de poder passaram a coexistir e a competir entre si (Pecequillo, 2007). Nesse novo arranjo, a soberania estatal sofreu uma redução relativa, uma vez que decisões políticas e econômicas passaram a ser influenciadas por uma complexa malha de relações transnacionais, que escapam ao controle exclusivo dos governos centrais (Keating, 2000). Para Mariano (2007), essa nova lógica de governança internacional se estrutura em três pilares: a integração em redes transnacionais, a atuação de organismos intergovernamentais e a valorização da cooperação internacional como ferramenta de resolução de conflitos.

Brian Hocking (2004) argumenta que a centralidade do Estado nas relações internacionais — ou o chamado “estatocentrismo” — vem sendo substituída por um modelo de “composição mista”, no qual diversos atores, incluindo entes subnacionais, compartilham responsabilidades e protagonismos. Essa mudança rompe com a dicotomia entre o nacional e o internacional e exige abordagens mais abrangentes para compreender os arranjos globais contemporâneos. Nessa mesma linha, Laisner (2007) observa que as alterações na estrutura internacional transformaram a hierarquia tradicional dos atores, promovendo os governos subnacionais a um novo status analítico nas Relações Internacionais.

A intensificação da globalização gerou demandas que extrapolam a capacidade de resposta dos Estados nacionais, exigindo novas estruturas jurídicas e institucionais de governança. Segundo Telo (2001, apud Almeida e Silva, 2007), a globalização não é capaz, por si só, de prover esses instrumentos, o que torna fundamental o fortalecimento dos governos regionais. Essa constatação impulsionou, especialmente a partir da década de 1990, um crescimento expressivo do interesse acadêmico sobre a atuação internacional de entes subnacionais, consolidando a paradiplomacia como objeto legítimo de estudo e prática institucional.

2.2 PARADIPLOMACIA: CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO

A paradiplomacia consiste na participação de governos subnacionais — como estados, províncias e municípios — em relações internacionais, por meio da promoção de interesses econômicos, sociais, culturais e ambientais próprios. Tradicionalmente, a diplomacia era compreendida como prerrogativa exclusiva dos Estados soberanos, voltada ao diálogo e à negociação entre países (Cervo, 2008). No entanto, em um contexto de descentralização e de crescente

interdependência global, os governos locais passaram a desempenhar um papel estratégico na política internacional, atuando de forma autônoma para promover seus interesses em arenas multilaterais e bilaterais.

A origem do termo remonta à década de 1980, com base na observação empírica de experiências internacionais conduzidas por entes federados canadenses e norte-americanos (Alvarez, 2020). Conforme já apontado, Zabala (2020) define esse fenômeno como uma prática inicialmente “inocente e empírica”, associada à teoria renovada do federalismo. Para Junqueira (2017), o termo paradiplomacia resulta da junção da palavra “diplomacia” com o prefixo “para”, que na tradição grega significa “assistente”, “subsidiário” ou “próximo” (Tavares, 2016, p. 8), revelando o caráter complementar dessas ações em relação à diplomacia oficial.

Entre os estudiosos que lançaram as bases teóricas da paradiplomacia, destacam-se Panayotis Soldatos (1990) e Ivo Duchacek (1984; 1990), considerados pioneiros na análise acadêmica do tema (Zeraoui, 2013). Soldatos propôs um enquadramento mais amplo da paradiplomacia como parte integrante das interações internacionais contemporâneas, enquanto Duchacek analisou suas implicações políticas e institucionais para a governança global. Já Der Derian (apud Aguirre, 1999) descreveu a paradiplomacia como uma atividade paralela à diplomacia formal dos governos centrais, caracterizando-a como “excêntrica, democraticamente não controlada e frequentemente conduzida por atores não governamentais” (Aguirre, 1999, p. 195).

Com a globalização, cidades e regiões passaram a investir na construção de uma identidade internacional competitiva, com o objetivo de atrair investimentos produtivos, imobiliários e turísticos, bem como estabelecer relações estratégicas com outras localidades (Bessa et al., 2007). Esse movimento reforça a ideia de que a paradiplomacia não apenas complementa, mas também amplia o escopo tradicional das relações internacionais. Lessa (2007) sustenta que a paradiplomacia é sustentada por um arcabouço complexo de relações internacionais conduzidas por governos subnacionais que buscam alcançar seus próprios objetivos no cenário global.

Nos anos 1990, o conceito de “pós-diplomacia” emergiu para descrever essas interações além do Estado-nação e da diplomacia tradicional. A “diplomacia de múltiplas camadas” foi igualmente introduzida para capturar as interações entre esferas centrais e regionais, além dos temas compartilhados entre elas (Gonçalves; Oliveira, 2017). Aguirre (1999) destaca que as relações internacionais passaram a ser moldadas, cada vez mais, pelas localidades, ilustrando a interconexão entre os níveis doméstico e internacional.

Diante desse panorama, a paradiplomacia consolida-se como elemento fundamental das relações internacionais contemporâneas, desafiando a noção tradicional de que apenas os Estados nacionais possuem influência global. O fenômeno reflete a crescente descentralização do poder e a necessidade de governança em múltiplos níveis, abrindo novos caminhos para a cooperação internacional e para a formulação de políticas públicas globais conduzidas por atores subnacionais.

3. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por meio da qual se busca interpretar e compreender a paradiplomacia enquanto fenômeno social e político complexo, especialmente em sua aplicação como estratégia de desenvolvimento regional. A abordagem qualitativa é apropriada para estudos em que se deseja compreender significados, relações e dinâmicas sociais, permitindo uma análise aprofundada do objeto investigado a partir de múltiplas fontes e perspectivas.

Trata-se de um estudo de caso, tendo como unidade de análise o estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de examinar suas iniciativas de atuação internacional, os fatores que condicionam essa atuação, bem como os desafios e oportunidades que se apresentam no contexto da paradiplomacia. A escolha por esse tipo de estudo se justifica pela possibilidade de investigar o fenômeno de forma detalhada, considerando seu contexto específico e as particularidades institucionais, políticas e econômicas do ente subnacional analisado.

Como procedimentos metodológicos, foram utilizados dois principais instrumentos de coleta de dados: a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), permite o levantamento, sistematização e análise de conceitos e teorias consolidadas na literatura, oferecendo um arcabouço teórico consistente para sustentar a análise. Nesse sentido, foram revisados autores clássicos e contemporâneos das Relações Internacionais, com destaque para Panayotis Soldatos (1990), Ivo Duchacek (1990), Michael Keating (2000) e Tavares (2016), cujas contribuições são centrais para a compreensão da paradiplomacia, da descentralização do poder e da atuação internacional de governos subnacionais.

A análise documental, por sua vez, foi orientada pelos pressupostos de Cellard (2008), que destaca a importância da leitura crítica e contextual dos documentos como meio para revelar intenções, estratégias e contradições das instituições. Foram examinados documentos legais e institucionais relacionados à atuação paradiplomática do Rio Grande do Norte, tais como legislações estaduais, decretos, relatórios governamentais e documentos de

cooperação internacional. Também foram analisadas iniciativas práticas de internacionalização, como acordos de cidades-irmãs, missões comerciais, parcerias interinstitucionais e políticas públicas de promoção externa do estado.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo a categorização, interpretação e extração de padrões, tendências e significados a partir dos dados coletados. Essa técnica é especialmente útil para interpretar dados qualitativos e identificar elementos centrais que orientam a atuação paradiplomática do estado.

A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender um fenômeno recente, multifacetado e ainda em processo de consolidação. A combinação entre a pesquisa bibliográfica e a análise documental, com base em um estudo de caso, possibilitou uma abordagem crítica e aprofundada da paradiplomacia no contexto potiguar, evidenciando não apenas os avanços e práticas institucionais, mas também os entraves e potencialidades dessa estratégia no processo de inserção internacional do Rio Grande do Norte.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 PARADIPLOMACIA POTIGUAR: UM CAMINHO PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL

No contexto contemporâneo das relações internacionais, observa-se a emergência de novos atores além dos Estados nacionais, especialmente os entes subnacionais, que passaram a desempenhar papel relevante na articulação de políticas internacionais, refletindo os efeitos da descentralização do poder e da globalização. Nesse cenário, a paradiplomacia se consolida como uma estratégia viável e necessária para estados e municípios que desejam ampliar sua inserção internacional, como é o caso do Rio Grande do Norte.

A presente pesquisa identificou que, embora o estado ainda careça de uma estrutura institucional robusta para a condução de sua política externa, há experiências relevantes que evidenciam uma atuação paradiplomática incipiente, mas promissora. Atualmente, a Subcoordenadoria de Apoio ao Comércio Exterior (SUCOMEX), vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), é o único órgão estadual diretamente relacionado à agenda internacional. Criada por meio do Decreto Estadual nº 18.021/2004, sua função é auxiliar na formulação de iniciativas voltadas ao comércio exterior e prestar suporte técnico às ações relacionadas à internacionalização da economia potiguar.

Historicamente, a tentativa mais estruturada de inserção internacional ocorreu durante o governo de Wilma de Faria, com a criação da Secretaria de Estado

de Energia e Relações Internacionais, sob liderança de Jean-Paul Prates. Embora tenha representado um avanço institucional importante, voltado especialmente à atração de investimentos estrangeiros para o setor de energia eólica, a iniciativa não deixou um legado documentado suficientemente consolidado, dificultando a análise de seus resultados (Nascimento, 2018).

Apesar dessas limitações, a pesquisa documental revelou diversas iniciativas paradiplomáticas em municípios do estado, especialmente em Natal, capital do Rio Grande do Norte, que protagonizou uma série de acordos de cidades-irmãs com municípios estrangeiros. O Quadro 1, sintetiza-se as principais iniciativas identificadas.

Quadro 1: Principais Iniciativas Paradiplomáticas no Rio Grande do Norte

Município Potiguar	Cidade-Irmã Estrangeira	País	Ano / Período	Foco da Cooperação
Natal	Eilat	Israel	2015	Turismo, cultura, tecnologia e desenvolvimento sustentável
Natal	Belém	Palestina	1998 (reativado em 2019)	Turismo e valores humanitários
Extremoz	Extremoz	Portugal	2024	Educação, turismo, desenvolvimento econômico e restauração histórica

Fonte: Autores (2025)

A parceria entre Natal e Eilat, firmada em 2015 com apoio da comunidade israelita e da Confederação Israelita do Brasil (CONIB), ilustra a estratégia de cooperação descentralizada com foco em setores estratégicos comuns, como turismo e inovação. Da mesma forma, a relação com Belém, na Palestina, que havia sido formalizada ainda em 1998 mas permaneceu inativa por duas décadas, foi recentemente reativada com vistas à promoção turística e ao fortalecimento das relações culturais. Já o acordo entre Extremoz e Estremoz, formalizado em 2024, reforça os laços históricos e linguísticos entre Brasil e Portugal, voltando-se para projetos integrados de restauração patrimonial e desenvolvimento local.

Além dos municípios, o Governo do Estado demonstrou interesse em ampliar sua atuação internacional por meio da proposta de cooperação com a província chinesa de Guangdong, registrada na Carta nº 111/2021-GE do Gabinete Civil. A iniciativa busca aproximar o estado de um dos centros econômicos mais dinâmicos da China, com ênfase na cooperação estratégica e econômica. Apesar de ainda não consolidada, a proposta revela o potencial de atuação do estado em agendas mais amplas e diversificadas.

A análise qualitativa do material documental e institucional evidenciou que, embora haja ações relevantes, elas são marcadas pela fragmentação e

descontinuidade, o que limita sua efetividade a longo prazo. Essa constatação está alinhada com o que aponta Tavares (2016), ao afirmar que, para a paradiplomacia se consolidar como política de Estado e não apenas como política de governo, é necessária uma institucionalização sólida, com estrutura administrativa, legislação de apoio e articulação intersetorial.

Com base na análise documental e bibliográfica realizada, foi possível identificar um conjunto de evidências que apontam para as principais características e desafios da paradiplomacia no Rio Grande do Norte. Esses achados, interpretados à luz da literatura especializada, revelam a incipiência e, ao mesmo tempo, o potencial dessa estratégia como instrumento de inserção internacional do estado.

Um dos principais achados refere-se à ausência de uma estrutura institucional formal voltada exclusivamente para as relações internacionais. Atualmente, o estado não dispõe de uma secretaria ou órgão especializado com capacidade técnica e política para coordenar ações externas de forma contínua. Essa lacuna institucional compromete a formulação de políticas de longo prazo e a consolidação de uma agenda internacional consistente, como já alertam Zabala (2020) e Tavares (2016), que destacam a importância da institucionalização para o fortalecimento da paradiplomacia.

Em contrapartida, as iniciativas municipais se mostram mais proativas, com destaque para cidades como Natal e Extremoz, que têm se envolvido em acordos de cidades-irmãs e parcerias internacionais em áreas como turismo, cultura e desenvolvimento urbano. Essa atuação está em consonância com o que Lessa (2007) descreve como paradiplomacia orientada por interesses locais específicos, em que os municípios buscam ampliar sua visibilidade e atratividade internacional, mesmo diante da ausência de diretrizes estaduais unificadas.

Outro ponto relevante diz respeito ao potencial estratégico subutilizado do estado. O Rio Grande do Norte possui vantagens comparativas relevantes, como sua localização geográfica próxima à Europa e aos Estados Unidos, além de vocações econômicas em setores como energias renováveis, fruticultura e turismo. No entanto, essas potencialidades ainda não foram plenamente exploradas no cenário internacional, conforme já observado por Keating (2000), ao defender que os governos subnacionais precisam articular suas vantagens territoriais com estratégias de posicionamento global.

Além disso, constatou-se uma falta de articulação entre as esferas de governo, o que compromete a construção de uma política internacional mais integrada e eficaz. A ausência de diálogo e cooperação entre municípios e o governo estadual impede o aproveitamento sinérgico de iniciativas, o que vai de encontro às recomendações de Bessa et al. (2007) e Gonçalves e Oliveira

(2017), que ressaltam a importância da coordenação entre os diferentes níveis de governo para potencializar os efeitos da paradiplomacia.

Diante desses dados, conclui-se que a paradiplomacia potiguar apresenta avanços pontuais e simbólicos, mas ainda carece de integração institucional, planejamento estratégico de longo prazo e investimentos em capital humano para lidar com as complexidades das relações internacionais contemporâneas. Como destaca Cervo (2008), o sucesso de uma política externa — inclusive no nível subnacional — depende da capacidade de projetar os interesses locais em agendas globais de forma estruturada, articulada e legitimada tanto interna quanto externamente.

5. Conclusão e Contribuições

Retomando os objetivos centrais deste estudo — compreender a paradiplomacia como uma estratégia de desenvolvimento regional e analisar sua aplicação no contexto do estado do Rio Grande do Norte —, pode-se concluir que a atuação internacional de governos subnacionais representa um caminho promissor para ampliar a inserção global de regiões periféricas, conectar economias locais a mercados internacionais e fortalecer a identidade regional em um cenário cada vez mais interdependente. O estudo buscou, ainda, identificar os desafios e as oportunidades da paradiplomacia potiguar, contribuindo para o debate sobre o papel dos entes subnacionais nas Relações Internacionais contemporâneas.

As evidências analisadas demonstram que, embora o Rio Grande do Norte tenha dado passos iniciais importantes na construção de uma agenda internacional — por meio de acordos de cidades-irmãs, participação em missões comerciais e tentativas de cooperação bilateral —, sua atuação ainda carece de maior institucionalização, planejamento estratégico e articulação multiescalar. A ausência de um órgão estadual exclusivo para relações internacionais e de políticas públicas voltadas à internacionalização limita o alcance e a eficácia das iniciativas paradiplomáticas no estado.

Entre as contribuições teóricas, destaca-se o aprofundamento do conceito de paradiplomacia, explorando sua origem, evolução e aplicação em contextos subnacionais. A pesquisa reforça a ideia de que a atuação internacional de entes federativos é parte integrante das novas dinâmicas de governança global, conforme argumentam autores como Keating (2000), Soldatos (1990) e Tavares (2016), além de demonstrar a relevância de se pensar a paradiplomacia a partir das realidades locais.

Do ponto de vista prático e social, o estudo evidencia a importância de capacitar tecnicamente os governos subnacionais para que possam elaborar, executar e sustentar projetos de cooperação internacional de longo prazo. A experiência do Rio Grande do Norte revela que há um potencial significativo a

ser explorado em setores como turismo, energias renováveis e fruticultura, os quais, se bem articulados internacionalmente, podem gerar empregos, atrair investimentos e promover o desenvolvimento territorial.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações que merecem ser reconhecidas. A principal delas está relacionada à escassez de registros documentais públicos sobre ações paradiplomáticas passadas, especialmente em nível estadual, o que dificultou uma avaliação mais precisa dos impactos dessas iniciativas. Além disso, a análise se concentrou em dados secundários e documentos institucionais, o que limita a compreensão mais aprofundada das percepções dos atores diretamente envolvidos.

Como sugestão para investigações futuras, propõe-se a realização de estudos empíricos baseados em entrevistas com gestores públicos, representantes de entidades da sociedade civil e do setor privado envolvidos em ações internacionais. Também seria pertinente a ampliação da análise comparativa com outros estados brasileiros que já avançaram na institucionalização da paradiplomacia, como São Paulo e Rio Grande do Sul, permitindo identificar modelos e práticas aplicáveis ao contexto potiguar.

Em síntese, a paradiplomacia desponta não apenas como um complemento à diplomacia tradicional, mas como uma ferramenta estratégica essencial para promover o desenvolvimento regional sustentável. No caso do Rio Grande do Norte, a consolidação dessa prática requer vontade política, articulação interinstitucional, capacitação técnica e visão de longo prazo. Ao superar esses desafios, o estado poderá transformar sua inserção internacional em motor de crescimento econômico e fortalecimento da cidadania global.

Referências Bibliográficas

AGUIRRE, I. Making sense of paradiplomacy? An intertextual enquiry about a concept in search of a definition. **Regional & Federal Studies**, Londres, v. 9, n. 1, p. 158-208, fev. 1999.

ALMEIDA, N. C. M.; SILVA, D. A. L. Paradiplomacia: novas perspectivas. In: **Anais do VI Congresso do Fomerco**. Aracaju: FOMERCO, 2007.

ALVARENGA, A. A.; ROCHA, E. M. S.; FILIPPON, J.; ANDRADE, M. A. C. Desafios do Estado brasileiro diante da pandemia de COVID-19: o caso da paradiplomacia maranhense. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, e00155720, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00155720>.

ALVAREZ, M. A ascensão da paradiplomacia nas relações internacionais. **E-Relações Internacionais**, n. 17, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BESSA, A. S. M.; ALVARES, L. C.; TEIXEIRA, L. A. A. T.; SOUZA, L. N. Planejamento e gestão para a internacionalização de cidades: um modelo de

análise aplicado ao caso de Belo Horizonte (MG). In: **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2007, Belém.

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL. Câmara de Natal recebe comitiva de Belém da Palestina. Disponível em: <https://www.cmnat.rn.gov.br/noticias/1494/cmara-de-natal-recebe-comitiva-de-belém-da-palestina>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERVO, A. L. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

COMUNIDADE JUDAICA DE NATAL. Comunidade judaica de Natal apresenta à Câmara projeto para tornar Natal e Eilat cidades-irmãs. Natal: Confederação Israelita do Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.conib.org.br/noticias/2952/comunidade-judaica-de-natal-apresenta-cmara-projeto-para-tornar-natal-e-eilat-cidades-irms>. Acesso em: 08 fev. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil**. Brasília: CNM, 2009. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Observat%C3%B3rio%20da%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Descentralizada%20no%20Brasil%20\(2009\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Observat%C3%B3rio%20da%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Descentralizada%20no%20Brasil%20(2009).pdf). Acesso em: 27 fev. 2025.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL. Eilat aceita proposta de Natal (RN) para que sejam cidades-irmãs. Natal, 2017. Disponível em: <http://conib.org.br/noticias/3322/eilat-aceita-proposta-de-natal-rn-para-que-sejam-cidades-irmas>. Acesso em: 08 fev. 2015.

DER DERIAN, J. Mediating estrangement: a theory for diplomacy. **Review of International Studies**, Ann Arbor, v. 13, n. 2, p. 91-110, 1987.

DO NASCIMENTO, R. V. R. O Rio Grande do Norte no mundo: um estudo sobre a necessidade de uma paradiplomacia potiguar. In: **CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE (CONGESP)**, 14., 2018, Natal. Anais [...]. Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: <congesp2018.rn.gov.br>. Acesso em: 04 fev. 2025.

FANTONI, M.; AVELLANEDA, C. N. O papel dos governos subnacionais nas relações internacionais: a paradiplomacia no Brasil. In: **Manual sobre Governos Subnacionais e Governança**. Edward Elgar, 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, F. C. N. I.; OLIVEIRA, P. C. A política externa (sub)nacional: um estudo da paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro e de sua relação com o governo federal. **Conjuntura Global**, v. 6, p. 94-115, 2017.

HOCKING, B. Bridging boundaries: creating linkages, non-central governments and multilayered policy environments. **WeltTrends**, n. 11, p. 36-51, 2006. Disponível em: <http://opus.kobv.de/ubp/volltexte/2006/1112/>. Acesso em: 14 dez. 2024.

KEATING, M. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias. In: ALDECOA, F.; KEATING, M. (Eds.). **Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones**. Madrid: Marcial Pons, 2000. p. 11-28.

LESSA, J. V. S. **Paradiplomacia no Brasil e no Mundo**. Viçosa: Editora UFV, 2007.

MARIANO, K. L. P. Globalização, integração e o Estado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 123-168, 2007.

PECEQUILO, C. S. Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 50, n. 1, p. 182- 183, 2007.

SENHORAS, E. M. Geopolítica da paradiplomacia subnacional: um estudo sobre a extroversão internacional dos municípios da rede de Mercocidades. In: **Anales del XII Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009. Disponível em: <http://works.bepress.com/eloi/122/>.

SOLDATOS, P. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. (Eds.). **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

TAVARES, R. **Paradiplomacy: cities and states as global players**. New York: Oxford University Press, 2016.

ZABALA, N. A. Que sentido tiene hablar de paradiplomacia? In: ALDECOA, F.; KEATING, M. (Org.). **Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones**. Madrid: Marcial Pons-Ediciones Jurídicas y Sociales, 2000.